

Ricardo Marcondes Martins

ABUSO DE DIREITO

E A

**CONSTITUCIONALIZAÇÃO
DO DIREITO PRIVADO**



Resumo de Abuso De Direito E A Constitucionalização Do Direito Privado

Ao propor a definição de princípios formais fundamentais como as normas que garantem a discricionariedade (competência normativa) e a autonomia privada - a primeira no âmbito público e a última, no privado -, depois de sua feliz gradação de ponderações entre os cinco princípios formais fundamentais, trata de definir os princípios formais especiais como normas que igualmente conferem um peso adicional a outro princípio.

Mas não para assegurar a competência normativa, e sim com o fim de reconhecer e indicar os pesos distintos que abstratamente comportam os princípios - e refletem-se no peso de argumentação do procedimento de ponderação.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)